

O DESENVOLVIMENTO DO PRAGMATISMO SEGUNDO DEWEY

THE DEVELOPMENT OF PRAGMATISM ACCORDING TO DEWEY

Cassiano Terra Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
ctrodrigues@pucsp.br

Resumo: Este artigo é uma breve apresentação de “O desenvolvimento do pragmatismo americano”, de John Dewey, cuja tradução é publicada neste presente número de COGNITIO-ESTUDOS. Trata-se de mostrar como Dewey interpreta a história do pragmatismo como corrente filosófica nascida nos EUA, com as idéias de Peirce sobre o método científico e a significação conceitual, passando pela reinterpretação das idéias de Peirce feita por James, que transformou o pragmatismo numa teoria da ação e da verdade. Dewey afirma se filiar a essa corrente numa linha de continuidade, embora não sem algumas diferenças, ao defender que seu instrumentalismo é uma consequência da ampliação do pragmatismo operada por James.

Palavras-chave: John Dewey. Charles S. Peirce. William James. Pragmatismo. Crença. Instrumentalismo.

Abstract: *This paper is a brief introduction to John Dewey's “The Development of American Pragmatism”, the translation of which into Portuguese follows in this very number of COGNITIO-ESTUDOS. The article tries to make more explicit how Dewey himself approaches the history of pragmatism as a philosophical stream originally devised in the USA from the ideas of Peirce about the scientific method and conceptual meaning, passing through James's reinterpretation of Peirce's ideas that changed pragmatism from a method to a theory of action and truth. Dewey claims to be in a continuity line with such stream of thought, although not without some divergences. He argues that his instrumentalism is a consequence from James's widening of pragmatism.*

Keywords: John Dewey. Charles S. Peirce. William James. Pragmatism. Belief. Instrumentalism.

Caberá a John Dewey transmitir ao século XX o legado do pensamento pragmatista. Como colaborador da *International Encyclopaedia of Unified Science*¹, seu pensamento ganhará notoriedade entre os participantes do movimento chamado “positivismo lógico” – inclusive por suas diferenças com relação esse tipo de positivismo. Ora, já no prefácio ao seu livro *Pragmatismo*, William James não hesita em declarar que *Studies in logical theory* (1903), de Dewey, “representa a base” da teoria pragmatista. É nessa obra que Dewey desenvolverá o ponto de vista segundo o qual é necessário tratar o pensamento como um processo natural. A lógica, nesse caso, será a “história natural do pensamento” e os diferentes conceitos lógicos, como, por exemplo, o juízo e a inferência, caracterizarão as atividades vitais que implicam a dúvida e a inquirição [*inquiry*]. Para Dewey, a inquirição experimental é fundamentalmente prática, o que torna deveras perigoso, política e intelectualmente, isolar o conhecimento da ação. Dewey usa essas idéias não somente na teoria da educação, mas também na defesa da democracia. Ele desejava que uma parte importante da democracia fosse o ensino das ciências naturais, insistindo sobre a maneira como os problemas são resolvidos.

¹ A *International Encyclopaedia of Unified Science* foi uma publicação pensada pelos integrantes do Movimento pela Unidade da Ciência, que tinha como principais líderes Charles Morris, Otto Neurath, Rudolf Carnap e Phillip Frank. A principal preocupação do Movimento era político: numa época de crescente importância e influência da ciência sobre a vida social, eles acreditavam ser fundamental esclarecer as pessoas sobre o que é a ciência, seus métodos, aplicações e pressupostos. Eis, em resumo, o objetivo da *Encyclopaedia*. O Movimento e a *Encyclopaedia*, no entanto, não foram adiante por motivos políticos. Para um tratamento profundo do tema, o leitor poderá consultar o livro de George A. Reisch, *How the cold war transformed philosophy of science: To the icy slopes of logic*. As referências completas encontram-se na bibliografia, ao final do texto.

Com efeito, era de seu credo que, em se expandindo largamente o estudo experimental dos problemas científicos, bem como das suas soluções, uma ampliação do campo da nossa experiência e um desenvolvimento da prática democrática suscetível de corrigir os métodos arbitrários de governo. Desde seus primeiros escritos, publicados no *Journal of Speculative Philosophy*, Dewey demonstra uma tenaz desconfiança com relação a toda abstração idealista – justamente publicando no jornal que era, à época, a voz do idealismo nos EUA.

Todos esses pontos estão presentes no texto que ora apresentamos ao público de língua portuguesa. Na verdade, o texto mostra como Dewey via sua versão do pragmatismo, chamada por ele mesmo de “instrumentalismo”, como uma consequência direta do pragmatismo. Assim, o autor se esforça, por um lado, por mostrar como Peirce e James entendiam o pragmatismo, cada um à sua maneira, sem negligenciar pontos de contato e de diferença, e, por outro, como suas próprias idéias nada mais seriam do que extensões do pragmatismo – sem se confundirem completamente com ele.

Com relação à história do pragmatismo, Dewey destaca dois pontos importantes com exatidão exemplar: primeiro, a filiação do nome pragmatismo de acordo com Peirce; segundo, o distanciamento promovido por James com relação às idéias de Peirce. Vejamos cada um deles, antes de falar das idéias do próprio Dewey.

Para Peirce, o nome “pragmatismo” vem de Kant, e não da palavra grega “pragma”, que significa *fato, acontecimento, ação* e até mesmo *coisa*. Essa derivação da filosofia kantiana está bem indicada por Dewey, que cita bastante do artigo de Peirce “O que significa pragmatismo” (1905), mencionando brevemente o muito discutido e pouco compreendido artigo de 1878, “Como tornar nossas idéias claras”, que, por sinal, não traz a palavra “pragmatismo” escrita. Ora, a relação estabelecida por Peirce para definir o pragmatismo é entre teor racional, significado prático e intenção: a significação conceitual de um termo “abstrato” está naquilo que ele intenciona dizer que acontecerá na prática. Se as coisas resultarem na prática tal como dito no conceito, o conceito será verdadeiro; se não, teremos de corrigir nossas idéias.

Dewey se interessa sobremaneira pela referência à experiência prática concebível, e menos pelo teor proposital das significações. Ora, ele enfatiza o fato de Peirce justificar suas posições alegando ser uma pessoa cujo pensamento se formara em laboratórios, na atividade científica de investigar, de inquirir; e isso é importante porque, além de permitir a exata caracterização do pragmatismo peirciano como *método*, e não como *teoria*, serve também para refutar idealismos dogmáticos. *Grosso modo*, podemos dizer que é seguindo o caminho indicado pelas coisas que chegamos a conhecê-las, e não tentando fazer as coisas se conformarem às idéias preconcebidas. Ora, é do feitio de dogmatismos idealistas a recusa da alteridade do objeto e a tentativa de forçá-lo no enquadramento de esquemas abstratos *a priori*. Ao recuperar a correta definição peirciana de pragmatismo como *método de esclarecimento conceitual e de balizamento da conduta futura*, Dewey recusa toda tentativa de impor à realidade esquemas imaginativos cuja gênese nada tem a ver com a realidade. Na verdade, ao interpretar a ação como intermediária entre significado conceitual e consequências práticas, Dewey já prepara o caminho ao seu instrumentalismo. Além disso, consegue refutar uma idéia que parece persistir ainda hoje em dia em certos círculos intelectuais, que é a da ligação entre pragmatismo e imediatismo calculista. Diz Dewey:

Diz-se freqüentemente do pragmatismo que faz da ação a finalidade da vida. Diz-se também do pragmatismo que subordina o pensamento e a atividade racional a fins particulares de interesse e lucro. É verdade que a teoria, de acordo com a concepção de Peirce, implica essencialmente certa relação com a ação, com a conduta humana. Mas o papel da ação é o de um

intermediário. Para ser capaz de atribuir um significado aos conceitos, uma pessoa deve ser capaz de aplicá-los à existência. Ora, é por meio da ação que essa aplicação é tornada possível. E a modificação da existência que resulta dessa aplicação constitui o verdadeiro significado dos conceitos. O pragmatismo está, portanto, longe de ser aquela glorificação da ação por si mesma, o que é considerado como a característica peculiar da vida americana [p. ?].

O segundo ponto da história do pragmatismo indicado por Dewey é a modificação operada por James. Sem defender a complicada idéia de que James entendeu mal a filosofia de Peirce (mesmo porque sua preocupação não é com uma mera explicação estruturalista dos textos), Dewey defende que James simultaneamente estreitou e ampliou a aplicação do método pragmático de Peirce.

O estreitamento do pragmatismo é evidente. Peirce dissera que o existente tem a capacidade de incorporar hábitos *gerais*, e que esse é o cerne do pragmatismo: a ação particular está imbuída de idealidade geral – as nossas crenças nos dão orientações gerais para agir nas circunstâncias particulares; nossos atos, portanto, concretizam ideais de conduta que são gerais. James, por sua vez, recuperando a idéia de crença como regra de ação, interpreta a idéia de conseqüências práticas concebíveis como *efeitos práticos particulares*. Dessa maneira, consegue estabelecer um critério para a definição da verdade das nossas idéias segundo elas determinem cursos particulares de ação. Esse é o tom geral do pragmatismo de James, tal como expresso num exemplo do seu precoce “A vontade de crer”: se alguém estiver perdido numa floresta, é melhor acreditar que aquele caminho ali adiante leva a algum lugar do que ficar parado, mesmo que não haja razão ou evidência empírica alguma para se acreditar que a picada na mata leva a algum lugar melhor. É certamente possível traduzir essa questão em termos utilitaristas: de que adianta acreditar em alguma coisa que não tem importância prática alguma? No entanto, conforme bem indica Dewey, a questão da crença pragmática para James vai além de um utilitarismo imediatista. O problema é a função das crenças nas ações individuais, principalmente em situações que são consideradas *vitais* – ou *críticas*, diríamos hoje em dia. Diz Dewey, acerca de James:

A razão principal que levou James a dar uma nova cor ao método pragmático foi que ele estava preocupado com aplicar o método para determinar o significado de problemas e questões filosóficas e que, além do mais, ele escolheu submeter ao exame filosófico noções de natureza teológica ou religiosa. Ele desejava estabelecer um critério que habilitaria alguém a determinar se uma dada questão filosófica tem um significado autêntico e vital ou se, ao contrário, ela é trivial e puramente verbal; e, no primeiro caso, quais interesses estão em jogo, quando alguém aceita e afirma uma ou outra das duas teses em disputa. Peirce era acima de tudo um lógico; enquanto James era um educador e um humanista e desejava forçar o público em geral a imaginar que certos problemas, certos debates filosóficos têm uma importância real para humanidade, porque as crenças que trazem para o jogo levam a modos muito diferentes de conduta.

Já Peirce dizia que nossas crenças guiam nossa vontade e moldam nossa ação. O ponto para James é como essa característica se concretiza na vida prática dos indivíduos. Há um notório argumento cético com base no qual se nega o direito de acreditarmos nalguma coisa para a qual não temos razão alguma para acreditar. Bertrand Russel, por exemplo, defendeu esse tipo

de argumento durante toda a vida.² Ora, o que James defende é que, ainda que não haja razão alguma, ainda que nada garanta a racionalidade das crenças, ainda assim todas as pessoas agem sempre em suas vidas acreditando em alguma coisa – não se dá passo algum sem se acreditar em algo; ao contrário, na maior parte das vezes agimos acreditando em crenças desprovidas de qualquer racionalidade. O problema está na relação entre crenças e ação – a maneira como uma crença leva uma pessoa a agir. Tampouco se trata de utilidade; uma crença só é “útil” se produz uma ação, e esta ação pode ser inútil. E ainda assim, ninguém pode proibir outra pessoa de acreditar no que quiser – pois tal proibição também seria um ato motivado por uma crença, e, pior, de um dogmatismo atroz. Em outras palavras, do pragmatismo de James podemos concluir que *sequer* é possível agirmos sem acreditarmos em algo, ou até mesmo – sem *fé*. Isso pode ser um truísmo, mas às vezes é bom lembrar certas trivialidades, já que desse truísmo não decorre, para James, um dogmatismo, mas um pluralismo de possibilidades de experiência: a verdade de uma crença está na maneira como ela faz acontecer a experiência.

A ampliação do pragmatismo resultante dessa restrição faz do originário método de Peirce uma teoria da ação e uma teoria da verdade, como se pode depreender já da citação acima: aquilo que uma teoria significa, sua verdade, é o processo de verificar na experiência concreta a quais cursos de ação ela leva, quais são os fatos que são produzidos quando agimos de acordo com o que prescreve a teoria. Ou, nas palavras de Dewey: “Uma teoria corresponde aos fatos quando ela leva aos fatos que são suas conseqüências, pelo intermédio da experiência.” Além de re-interpretar as teorias da verdade como correspondência tradicionais, James, com sua ampliação da metodêutica pragmática de Peirce, re-interpreta as relações entre o normativo e o descritivo em termos de verificabilidade empírica. Talvez o ponto mais próximo do positivismo lógico com o pragmatismo esteja justamente aí.

Mas, na interpretação de Dewey, a imbricação entre verdade e experiência contém a novidade do pragmatismo, por conter uma indicação inequívoca na direção das conseqüências, e não na dos antecedentes. Ao contrário da teoria kantiana do *a priori*, por exemplo, ou da teoria das idéias inatas, tão cara ao empirismo iluminista de língua inglesa, o pragmatismo não busca estabelecer regras rígidas e imutáveis para impedir ações de certo tipo ou para se entender o passado. Repetimos, não se trata de justificar dogmas, mas de construir ideais de conduta. Ao enfatizar a importância da relação entre nossas crenças e nossas ações, o filósofo pragmatista abre as portas do futuro, da possibilidade e da criatividade. Diz o autor:

O Pragmatismo, assim, tem uma implicação metafísica. A doutrina do valor das conseqüências nos leva a tomar o futuro em consideração. E esse levar em consideração do futuro nos leva à concepção de um universo cuja evolução não está finalizada, de um universo que ainda está, nos termos de James, “em feitura”, “no processo de se tornar”, de um universo até certo ponto ainda plástico.

Consequentemente, a razão, ou o pensamento, nesse sentido mais geral, tem uma função real, embora limitada, uma função criativa, construtiva. Se formarmos idéias gerais e se as colocarmos em ação, serão produzidas conseqüências que não poderiam ser produzidas de outra maneira. Sob tais condições o mundo será diferente daquilo que tem sido se o pensamento não tivesse intervindo. Essa consideração confirma a importância moral e humana do pensamento e de sua operação refletiva na experiência.

² Cf., por exemplo, seus *Ensaio Céticos*. Trad.: Marisa Motta. Porto Alegre: L&PM, 2001.

Ora, nessa passagem, Dewey na verdade mostra a continuidade entre suas próprias idéias e as de Peirce e James. Nessa sua interpretação do desenvolvimento do pragmatismo, ele atribui importância decisiva à função criativa ou “construtiva” do pensamento para refutar a idéia de que o pragmatismo seria uma filosofia do “sucesso a qualquer custo”. Essa idéia foi bastante popularizada no século XX, notadamente por Bertrand Russell, a quem Dewey se refere numa nota de seu texto. Ainda hoje, no uso popular da palavra, essa noção transparece. Cabe demarcar bem que o termo pragmatismo, no seu sentido filosófico, bem como o instrumentalismo defendido por Dewey, nada tem a ver com um utilitarismo imediatista ou alguma forma de racionalidade instrumental de inspiração weberiana, conforme o criticaram Herbert Marcuse ou Max Horkheimer, por exemplo. Na verdade, trata-se muito mais de relacionar normatividade e possibilidade do que normatividade e restrição. E isso só é possível se mudarmos nossa concepção de racionalidade, de uma racionalidade voltada unicamente a fins racionais postos *a priori* para uma racionalidade que se constrói na experiência concreta. Não poderemos desenvolver este ponto em pormenor aqui, mas podemos indicar a idéia básica do naturalismo deweyano.

O instrumentalismo de Dewey deve ser entendido dentro do projeto geral da sua “história natural do pensamento”, ao qual aludimos anteriormente. Diz o autor:

O instrumentalismo é uma tentativa de estabelecer uma teoria lógica precisa dos conceitos, dos juízos e inferências em suas várias formas, principalmente pela consideração de como o pensamento funciona nas determinações experimentais de conseqüências futuras. Quer dizer, o instrumentalismo tenta estabelecer distinções universalmente reconhecidas e regras de lógica, derivando-as da função reconstrutiva ou mediativa prescrita à razão. Ele almeja constituir uma teoria das formas gerais de concepção e raciocínio, e não deste ou daquele juízo ou conceito particular relacionado ao seu próprio conteúdo, ou a suas implicações particulares.

Essa função reconstrutiva ou mediativa da razão garante a ligação, por fim, com seu ideal de democracia, no qual a confiança – a *fé* – na inteligência é “a única e indispensável crença necessária à vida moral e social”. Está também intimamente ligada à idéia de “fluxo de experiência”, dentro do contexto de uma metafísica realista, segundo a qual “o pensamento dá origem a atos distintos que modificam fatos e eventos futuros de maneira tal a torná-los mais razoáveis”; e, com isso, Dewey quer dizer fatos e eventos futuros mais afeitos aos fins que estabelecermos para nós mesmos, enquanto participantes mutuamente implicados numa comunidade global.

Este último tema recupera vários pontos de contato com a filosofia de Peirce, embora em outra chave. E também confere lugar definido ao valor moral da crença, tal como preconizava James. Dewey, no entanto, não é mero reproduzidor de idéias. O quanto deve aos outros dois e o quanto acrescenta ele mesmo a essa tradição, o leitor pode começar a averiguar por si mesmo no texto a seguir.

Bibliografia

- DEWEY, John. O desenvolvimento do pragmatismo americano. Trad.: Cassiano Terra Rodrigues. In: COGNITIO-ESTUDOS, v. 5, nº 2, São Paulo: Centro de Estudos sobre Pragmatismo - PUC-SP, 2008, pp. ????. URL: <>.
- _____. The development of American pragmatism. In: *The Essential Dewey, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy*. Edited by Larry A. Hickman and Thomas M. Alexander. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 1998, pp. 283-299.
- JAMES, William. *Pragmatismo e outros textos*. Trad.: Pablo Rubén Mariconda. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- PEIRCE, Charles S. O que significa pragmatismo. Trad.: José Teixeira Coelho Neto. In: *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977, pp. 283-299.
- _____. Como tornar claras nossas idéias. Trad.: Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. In: *Semiótica e Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Cultrix; Editora da USP, 1975², pp. 49-70.
- _____. Como tornar nossas idéias claras. Trad.: Renato Rodrigues Kinouchi. In: *Ilustrações da Lógica da Ciência*. Tradução e introdução de Renato Rodrigues Kinouchi. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008, pp. 59-87.
- REISCH, George A. *How the cold war transformed philosophy of science: To the icy slopes of logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- RUSSELL, Bertrand. *O conhecimento humano: sua finalidade, seus limites*. Trad.: Jaimir Conte. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- _____. *Ensaio Céticos*. Trad.: Marisa Motta. Porto Alegre: L&PM, 2001.